



**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA  
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 135, DE 2019  
REQUERIMENTO Nº           , DE 2021  
(Do Sr. Filipe Barros)**

Requer o envio de ofício desta comissão ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que encaminhe a este plenário informações referentes gastos do Tribunal com a realização das eleições.

Senhor Presidente,

Nos termos da Lei de Acesso a Informação, Lei 12527, de 18 de novembro de 2011 e dentro dos prazos estabelecidos pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.435/2015, requeiro o envio de ofício desta comissão ao Presidente do TSE, para que encaminhe, com a devida urgência que o Plano de Trabalho desta Comissão Especial exige, as informações referentes aos gastos do Tribunal com a realização das eleições gerais de 2018 e as eleições municipais de 2020, em especial os gastos relativos à votação. A informação destina-se a subsidiar a relatoria da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer à PEC 135, de 2019. Segue-se abaixo uma lista de perguntas específicas:

- Gasto total com eleições, discriminando os itens relativos ao armazenamento e transporte de urnas; convocação, alimentação, treinamento e outros itens relativos aos mesários e colaboradores da Justiça Eleitoral.
- Quantitativo de urnas eletrônicas, com o respectivo ano de fabricação. Informar, ainda, os modelos das urnas que são compatíveis com o módulo de impressão.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Filipe Barros - PSL/PR**

- Quantas urnas já foram adquiridas ou estão em processo de aquisição visando o processo eleitoral de 2022.
- Custos de manutenção, armazenamento e transporte das urnas eletrônicas, bem como de outras etapas logísticas relevantes.
- Custos de serviços de telecomunicações contratados exclusivamente para a transmissão de dados das eleições, bem como quantidade de enlaces (links) contratados, por UF.
- Valores de cotação de preços de módulos de impressão efetuada em 2017, tendo em vista as eleições de 2018 (antes da declaração de inconstitucionalidade do dispositivo legal que previa a impressão do voto).
- Quais os fornecedores das urnas eletrônicas do TSE, o custo unitário e total fornecido por cada um.
- Percentual de urnas que apresentaram problemas e foram substituídas nas três últimas eleições.
- Tempo médio de votação do eleitor com e sem biometria.
- Custos relacionados à atividade de especificação e acompanhamento da fabricação, testagem e entrega das urnas.
- Custos relacionados ao desenvolvimento, atualização e manutenção dos softwares embarcados nas urnas, de conexão, de extração e de transmissão dos dados.
- Custos com eventual contratação de serviços de consultoria externa em tecnologias de informação e comunicações (TIC) relacionados ao processo de votação eletrônica.
- Custos com softwares de segurança da informação, e outras finalidades relacionadas ao funcionamento das urnas eletrônicas.
- Quantidade de servidores do TSE (e terceirizados) integrantes da equipe de programadores e desenvolvedores dos programas da urna eletrônica.
- Quantidade de países que utilizam o sistema DRE sem impressão.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Filipe Barros - PSL/PR**

- Cópia da resposta do Processo no sistema SEI nº 2021.00.000003719-2 protocolado no TSE.
- O TSE busca o apoio de outras instituições do judiciário ou do governo brasileiro no tocante à segurança cibernética? Solicita-se elencar e detalhar quais são essas cooperações.
- Existe cooperação com o Comando do Exército Brasileiro e/ou SERPRO?
- Quais as precauções que o TSE tomou no sentido de se evitar que os *hardware* adquiridos venham contaminados por *malware* introduzidos pelos próprios fabricantes ou por eventual “bomba digital”?
- Quais são as precauções e auditorias tomadas pelo TSE no sentido de evitar que os *hardware* adquiridos contenham *backdoors* ocultas e outros *exploits* que possam ser aproveitados por ciberterroristas ou mesmo agências e organizações estrangeiras?
- Qual é a participação da indústria nacional no fornecimento de sistemas e soluções ao TSE?
- O TSE possui políticas de Backup, Segurança de Informação, Aquisição de Equipamentos, Política de Catástrofes, Continuidade, Capacidade e Disponibilidade de Serviço? Se sim, essas políticas estão publicizadas aonde?
- Finalmente, solicitamos fornecer cópia do processo licitatório nº 2019.00.000008292-7 e do contrato dele decorrente e seus anexos.

**Justificativa**

No dia 17 de maio de 2021, o plenário desta comissão realizou audiência pública, na qual ouviu os Srs. Amílcar Brunazzo, engenheiro especialista em segurança de dados e voto eletrônico, e Ângelo Soares Castilho, especialista em Direito Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado *Filipe Barros* - PSL/PR**

Durante a reunião, levantaram-se questões relativas ao real gasto requerido para a implantação do voto impresso no Brasil, além de informações sobre a utilização do sistema DRE em outros países. É dever desta comissão analisar as experiências realizadas em outros países relativas ao uso do sistema DRE, como tais experiências pudessem ser adaptadas no Brasil e qual o tempo para adotar as medidas debatidas.

Dessa forma, seriam úteis ao plenário desta comissão informações precisas sobre o verdadeiro custo financeiro da implantação de um eventual voto impresso, sobre a aquisição de urnas por parte do TSE e outros dados relativos ao uso de urnas eletrônicas no Brasil. Por isso solicito apoio dos pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, 26 de maio de 2021.

**Deputado Federal *Filipe Barros***

**PSL / PR**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. *Filipe Barros*  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210889725700>

